

A companhia aérea LaMia, dona da aeronave que caiu em novembro passado na Colômbia deixando 71 mortos e seis feridos, ainda não pôde efetuar o pagamento do seguro, pois documentos-chave estão sob controle da Procuradoria da Bolívia, informou um advogado nesta quinta-feira.

A seguradora Bisa solicitou a documentação à empresa aérea para o pagamento de seguros aos familiares de falecidos e aos sobreviventes, mas esses recursos estão bloqueados pela Justiça, apontou Gustavo Vargas, gerente da LaMia, citado pelo jornal *El Deber* de Santa Cruz.

De acordo com a companhia, a aeronave estava assegurada em 25 milhões de dólares, segundo a companhia boliviana e estimava-se o pagamento de até 165.000 dólares por cada vítima fatal.

“Sei que em uma ou duas semanas a Procuradoria vai desbloquear a empresa, isso com certeza vai permitir que a mesma compra o pedido da asseguradora”, afirmou o jurista.

No dia 29 de novembro, um BA-146 modelo RJ85 da LaMia caiu perto de Medellín, na Colômbia, matando 71 das 77 pessoas a bordo, entre elas o piloto e 19 jogadores da Chapecoense, além dos diretores do clube e jornalistas.

Uma investigação das autoridades aeronáuticas colombianas estabeleceu que a aeronave voou com combustível limitado para fazer a rota entre a cidade boliviana de Santa Cruz e o aeroporto José María Córdova de Rionegro, que serve Medellín.

Para esse trajeto (Santa Cruz-Medellín), a aeronave deveria contar com uma reserva de combustível para sobrevoar ao menos uma hora e quarenta minutos a mais, segundo o inquérito.

Sobre a aquisição do seguro por 25 milhões de dólares, o governo boliviano apontou a existência de testas de ferro, pois teve que bloquear o mínimo de 5 milhões de dólares em bens, mas o piloto Miguel Quiroga, um dos proprietários da empresa, não tinha propriedades.

Autoridades bolivianas disseram que será envidada à Colômbia toda a documentação requerida por autoridades aeronáuticas desse país, depois de elas terem reclamado da falta de cooperação de La Paz.

O governo anunciou também um processo contra o diretor da Aasana, a empresa estatal aeroportuária da Bolívia, Marcelo Chávez, por falta de cooperação.

**Fonte:** [Isto É](#), em 29.12.2016.